

Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

AO EXPEDIENTE DO DIA PROJETO DE LEI Nº 395/96
28 de 03 de 1996
Em, 27 de 03 de 1996
Presidente



RECONHECE DE UTILIDADE
PÚBLICA E DÁ OUTRAS PRO-
VIDÊNCIAS.



ART. 1º - Fica reconhecida como de UTILIDADE
PÚBLICA a ASSOCIAÇÃO DE GARANTIA AO ATLETA PROFISSIONAL DA
PARAÍBA - AGAP/PB.

ART. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua
publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 25 de março de 1996.

VITAL DO REGO FILHO
Deputado

JUSTIFICAÇÃO

Fundada a 10 de Maio de 1983, a ASSOCIAÇÃO DE
GARANTIA AO ATLETA PROFISSIONAL DA PARAÍBA-AGAP, surgiu com a
proposta de assistir o atleta profissional e, principalmente o ex-atleta, em sua formação
profissional alternativa, dando-lhe maiores condições de sobrevivência fora do esporte.

A AGAP/PB ao longo dos anos conquistou a
confiabilidade dos atletas, imprensa e comunidade em geral e o seu trabalho desenvolvido na
área é digna dos melhores elogios e a sua atuação se expandiu rapidamente pelos quatro
cantos do estado da Paraíba.

Assessoria ao Plenário
Constou no Expediente

Em 28 / 03 / 96

Diretor da Ass. ao Plenário

2

Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa



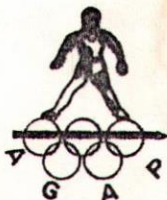
Voltada basicamente para o apoio educativo/profissionalizante do atleta profissional, a AGAP/PB viabiliza a introdução de novos profissionais no mercado de trabalho que através de bolsas de estudos nas mais variadas categorias conseguem superar as dificuldades encontradas fora do esporte. Esse trabalho desenvolvido pela AGAP conseguiu o reconhecimento de dezenas de profissionais ligados ao futebol e em 1º de agosto de 1991, foi reconhecida nacionalmente pela Federação das Associações de Atletas Profissionais, sendo a sua subsistência assegurada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto-IBDESP do Ministério da Educação e Cultura.

Esse trabalho da AGAP, amplamente documentado em anexo a esse projeto, merece desta Casa toda a atenção e o seu reconhecimento como uma instituição de utilidade pública, significa apoiar esse trabalho anônimo, sem fins lucrativos, que tantos benefícios traz para inúmeras pessoas que sobrevivem de uma atividade profissional de curta duração, que na maioria das vezes, não consegue assegurar um futuro tranquilo para a maioria deles.

A AGAP está situada na rua Venâncio Neiva, 110, 1º andar, sala 107, Edifício Real, Centro, 58100-060, Campina Grande, Paraíba, sendo registrada na Receita Federal sob o nº de CGC 35 578 772/0001-90, sendo a sua Diretoria assim constituída: Manoel Luiz Melo (Presidente); Ivan Lopes dos Santos (1º Vice-Presidente); Ailton da Silva Oliveira (2º Vice-Presidente); Jovenildo Neves Flor (Superintendente); José Benício Filho (Coordenador Administrativo); Walter Vasconcelos (Assessor Jurídico); Carlos Alberto Pereira (Assessor de Relações Públicas) e Joana Dárc Eloy Breyten (Coordenadora Social e Educacional);

Ao solicitar o solidário apoio dos Nobres Colegas no que se relaciona a tramitação dessa propositura o fazemos respaldado em um trabalho sério, coerente e honesto de uma entidade que prima pelo homem e na sua valorização no contexto social no desenvolvimento de uma atividade produtiva que lhe garanta, no mínimo, a sobrevivência de muitos ex-profissionais do esporte.

Rêgo



Associação de Garantia ao Atleta Profissional da Paraíba - AGAP - PB

Fundada em 10 de Maio de 1983

CGC/MF 35.578.772/0001-90

RUA ANTENOR PINHEIRO, 93 - JOSÉ PINHEIRO - CEP 58.104-023 - C. GRANDE - PB

ATA DA ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA DA AGAP/PB

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de Dezembro de 1994 (mil novecentos e noventa e quatro), pelas 12:00 horas (meio dia), na Terceira Convocação, na Sede Social da AGAP/PB (Casa do Atleta), localizada a rua: Antenor Pinheiro Rodrigues nº 93, no bairro de José Pinheiro em Campina Grande - PB; reuniram-se, os ex-atletas, atletas profissionais e os em formação (juvenis), todos associados da entidade classista paraibana, abaixo assinados, qualificados e identificados conforme EDITAL de convocação, pelas emissoras (falada, escrita e televisada) locais; nos seus respectivos programas de esporte; na qualidade de instituidores, oportunidade em que resolveram com a presença de 34 (trinta e quatro) associados, devidamente comprovados através das suas credenciais expedidas pela AGAP/PB (carteiras de sócios), elegeram a Nova Diretoria da AGAP/PB (Associação de Garantia ao Atleta Profissional da Paraíba), com sede em Campina Grande - PB, site ao endereço acima mencionado nesta ATA; regida na forma do ESTATUTO em anexo; fica fazendo parte da NOVA DIRETORIA da AGAP/PB, como parte integrante e complementar desta ATA, os seguintes membros (ex-atletas e atletas profissionais), abaixo assinados, identificados e qualificados:

Presidente: MANOEL LUIS MELO;

1º Vice-Presidente: IVAN LOPES DOS SANTOS;

2º Vice-Presidente: AILTON DA SILVA OLIVEIRA;

Superintendente: JOVENILDO NEVES FLÔR;

Coordenadoria Administrativa: JOSÉ BENÍCIO FILHO;

Assessoria Jurídica: Dr. Wálter Vasconcelos;

Assessoria de Relações Públicas: CARLOS ALBERTO PEREIRA;

Coordenadoria Social e Educacional: Dra. JOANA D'ARC ELOY BREYTEN;

Conselho Fiscal: MÁRCIO PETRÔNIO RAMOS - IVONALDO CORREIA DE ARAÚJO e TERTULINO ALVES DE QUIEROZ;

Suplentes: WILSON WÁGNER COSTA - JORGE HIPÓLITO DOS SANTOS e IRINALDO RUFINO DE OLIVEIRA.



Manoel Luis Melo
Presidente da A.G.A.P.-PB

x [Signature]
[Signature]
[Signature]

Ailton da Silva

[Signature]
x Márcio Petronio Ramos
Ivonaldo Correia de Araújo
[Signature]
Tertulino Aires de



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CENTRO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS
CADASTRO GERAL DE CONTRIBUÍNTES

C G C
FICHA DE
ALTERAÇÃO

01 PARA USO DA REPARTIÇÃO

3

5

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- 1 - CONSULTE O MANUAL DO CONTRIBUINTE C.G.C. AO PREENCHER ESTA FICHA.
- 2 - PREENCHA A, A MÁQUINA, EM 4 (QUATRO) VIAS PERFEITAMENTE LEGÍVEIS.
- 3 - APRESENTE TODAS AS VIAS AO ÓRGÃO DA SRF DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO-SEDE.
- 4 - PREENCHA, APENAS, OS QUADROS CORRESPONDENTES(S) AO(S) QUE ASSINALOU NO QUADRO 04 E PREENCHA O QUADRO 12.
- 5 - SO SERÁ ADMITIDO COMO "SIGNATÁRIO" O RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA.
- 6 - NÃO PREENCHA OS QUADROS DE USO DA REPARTIÇÃO.

02 CARIMBO PADRONIZADO DO C.G.C. DO ESTABELECIMENTO SEDE

0

35578772/0001-90

ASSOCIAÇÃO DE GARANTIA AO ATLETA
PROFISSIONAL DA PARAIBA - AGAP-PB.

Rua Venâncio Neiva, 110

1º ANDAR - SALA 107 - 1º andar

CENTRO - CEP 58100-060

CAMPINA GRANDE - PB.

* ESTA FICHA, QUANDO AUTENTICADA POR AMBAS AS REPARTIÇÕES, COMPLETA NO QUE COUBER, O CARTÃO C.G.C. PELO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS, CONTADOS DA DATA DE RECEPÇÃO (QUADRO 16) OU DA ÚLTIMA DATA DE REVALIDAÇÃO APOSTA NO VERSO.

03 ESTABELECIMENTO A QUE SE REFERE ESTA ALTERAÇÃO

03 C.G.C. NÚMERO BÁSICO NÚMERO DE ORDEM CONTROLE

| | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 3 | 5 | 5 | 7 | 8 | 7 | 7 | 2 | 0 | 0 | 0 | 1 | 9 | 0 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

04 ALTERAÇÕES NA FICHA

04 ASSINALE COM "X" O ITEM A ALTERAR (00 A 05 PRIVATIVO DO ESTABELECIMENTO-SEDE)

| | | | | | |
|---------------------------|----|---|--------------------------|----|---|
| MÊS DE BALANÇO | 00 | 6 | FIRMA OU RAZÃO SOCIAL | 05 | 7 |
| PERCENTUAL DO CAPITAL | 01 | 4 | ATIVIDADE PRINCIPAL | 06 | 5 |
| FAIXA DE CAPITAL | 02 | 2 | NOME DE FANTASIA | 07 | 3 |
| PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL | 03 | 0 | ENDEREÇO | 08 | 1 |
| NATUREZA JURÍDICA | 04 | 9 | RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS | 09 | 0 |

05 NOVAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

05 MÊS DE BALANÇO 3 06 PERCENTUAL DO CAPITAL

| | | | | | |
|--------------------|----|---|-----------------------|----|---|
| DE ORIGEM NACIONAL | 01 | 7 | DE ORIGEM ESTRANGEIRA | 02 | 5 |
|--------------------|----|---|-----------------------|----|---|

07 FAIXA DE CAPITAL (Assinale com "X")

MENOS DE R\$ 100.000 03 3 ENTRE R\$ 100.000 E R\$ 1.000.000 04 1 MAIS DE R\$ 1.000.000 05 0

06 RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS

06 ASSINALE COM "X" A NOVA RELAÇÃO DE TRIBUTOS QUE RECOLHER HABITUALMENTE

| | | | | | | |
|--|----|----|--|------------------------------|----|---|
| IMPOSTO DE RENDA (DECLARAÇÃO) | X | 00 | 1 | LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS | 08 | 7 |
| EXPORTAÇÃO | 01 | 0 | ENERGIA ELÉTRICA | 09 | 5 | |
| PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL | 02 | 8 | MINERAIS | 10 | 9 | |
| IMPORTAÇÃO | 03 | 6 | TRANSMISSÃO PROPRIETÁRIA | 11 | 7 | |
| IMPOSTO DE RENDA (NA FONTE) | 04 | 4 | ICM | 12 | 5 | |
| IPI | 05 | 2 | PROPRIEDADE TERRITORIAL E FUNDIÁRIA URBANA | 13 | 3 | |
| OPERAÇÕES FINANCEIRAS | 06 | 0 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS | 14 | 1 | |
| SERVIÇOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (FEDERAL) | 07 | 9 | | | | |

07 NATUREZA JURÍDICA

07 ASSINALE COM "X" A NOVA FORMA DE CONSTITUIÇÃO

| | | | | | | |
|---|----|---|--|----|----|---|
| EMPRESA INDIVIDUAL (COMÉRCIO OU INDÚSTRIA) | 00 | 8 | EMPRESA PÚBLICA | 10 | 5 | |
| SOCIEDADE EM NOME COLETIVO | 01 | 6 | SOC. DE ECONOMIA MISTA | 11 | 3 | |
| SOC. POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LÍDA | 02 | 4 | SOC. ANÔNIMA (CAPITAL FECHADO) | 12 | 1 | |
| SOC. DE CAPITAL E INDÚSTRIA | 03 | 2 | SOC. ANÔNIMA (CAPITAL ABERTO) | 13 | 0 | |
| SOC. COMANDITA SIMPLES | 04 | 0 | EMPRESA INDIVIDUAL (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS) | 14 | 8 | |
| SOC. EM COMANDITA POR AÇÕES | 05 | 9 | FUNDAÇÃO | 15 | 6 | |
| SOC. CIVIL COM FINS LUCRATIVOS | 06 | 7 | ASSOCIAÇÃO | X | 16 | 4 |
| SOC. EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO | 07 | 5 | AUTARQUIA | 17 | 2 | |
| SOC. COOPERATIVA | 08 | 3 | ÓRGÃO PÚBLICO | 18 | 0 | |
| FILIAL, SUBSIDIÁRIA, AGÊNCIA DE EMPRESA SEDIADA NO EXTERIOR | 09 | 1 | | | | |

08 NOVA ATIVIDADE PRINCIPAL

08 DESCRIÇÃO ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA C/FINALIDADE DE ASSISTIR AO ATLETA AMADOR E PROFISSIONAL

09 CÓDIGO 6 1 9 9

10 NOVA DENOMINAÇÃO

10 NOVA FIRMA OU RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO COMERCIAL

11 NOVO NOME DE FANTASIA

12 NOVO ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO

12 TIPO (RUA, AV. ETC.) RUA

13 NOME DO LOGRADOURO VENÂNCIO NEIVA

14 COMPLEMENTO (ANDAR, SALA, ETC.) SALA 107 1º ANDAR

15 CEP 58100

16 SIGLA DA UF PB

17 MUNICÍPIO CAMPINA GRANDE

18 CÓDIGO DO MUNICÍPIO 1981

19 CÓDIGO DA INSPEÇÃO

11 NOVA PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

11 INSCRIÇÃO NO CPF NÚMERO BÁSICO CONTROLE

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 0 | 9 | 5 | 9 | 8 | 9 | 0 | 4 | 9 | 1 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

12 ASSINALE TOTAL RESPONSABILIDADE COM PLENO CONHECIMENTO DO DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE

12 CPF DO SIGNATÁRIO NÚMERO BÁSICO CONTROLE

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 0 | 9 | 5 | 9 | 8 | 9 | 0 | 4 | 9 | 1 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

13 NOME MANOEL LUIS MELO

14 DATA 13.11.95

15 RECEPÇÃO NO ÓRGÃO DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO

16 CARIMBO DO ÓRGÃO/RUBRICA DO FUNCIONÁRIO DATA

14 CONTROLE DE REMESSA DE DOCUMENTOS

14 PARA USO DO ÓRGÃO RECEPTOR

| | | | |
|--------|-----|-------|--------|
| CÓDIGO | ANO | GRUPO | NÚMERO |
| | 1 | 03 | |

15 RECEPÇÃO NO ÓRGÃO DA JURISDIÇÃO DA SEDE

15 CARIMBO RUBRICA DO FUNCIONÁRIO

04.3.01.01-3

13 NOV 1995

C. Grande-PB

16 PARA USO DO ÓRGÃO LOCAL DA JURISDIÇÃO DA SEDE

16 DATA DE RECEPÇÃO

| | | |
|-----|-----|-----|
| DIA | MÊS | ANO |
| 01 | 01 | 95 |

17 MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO



Associação de Garantia ao Atleta Profissional da Paraíba - AGAP - P

Fundada em 10 de Maio de 1983

CGC/MF 35.578.772/0001-90 - CONVENIADA COM O INDESP-MEC

Rua Venâncio Neiva, 110 - 1º Andar - Sala 107 - Edifício Real - Centro
CEP 58.100-060 - Campina Grande - Paraíba

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

FGTSFGTSFGTS

Nº do Protocolo

220/2124

Válido até

16/Abril/96

Nº

1176847

NOME DA EMPRESA

ASSOCIAÇÃO DE GARANTIA AO ATLETA PROFISSIONAL DA
PARAÍBA - AGAP - PB.

ENDEREÇO

Rua: Venâncio Neiva, 110 - 1º and. S/107 Ed. Real Cen
CAMPINA GRANDE/PB

MATRÍCULA

AGÊNCIA DA CAIXA EM

CGC ou CPF

João Pessoa - PB 35.578.772/0001-

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO - CRS

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

O presente certificado não servirá de prova contra cobrança de qualquer débito que vier a ser reclamado por empregado da empresa ou levantado pela fiscalização do IAPAS, relativo a depósitos que não tenham sido efetuados.

Certifico de acordo com o disposto na NS 594/88, que a empresa acima identificada está em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

João Pessoa 16 de outubro de 1995
Local

MARIA LÚCIA LYRA DE ALMEIDA
Mat. 017.373-6
Ch. Setor Cont. Apos. Fiscalização

Gerente

OBS.: ESTA DECLARAÇÃO É VÁLIDA SEM RASURAS OU EMENDAS E AS CÓPIAS SOMENTE TERÃO VALIDADE MEDIANTE APRESENTAÇÃO DO ORIGINAL.





Associação de Garantia ao Atleta Profissional da Paraíba - AGAP - P

Fundada em 10 de Maio de 1983

CGC/MF 35 578.772/0001-90 - CONVENIADA COM O INDESP-MEC

Rua Venâncio Neiva, 110 - 1º Andar - Sala 107 - Edifício Real - Centro

CEP 58.100-060 - Campina Grande - Paraíba

VALIDA POR 6 MESES, DE ACORDO COM PARAGRAFO 5 DO ART. 47, DA LEI 8212/91, COM ALT. INTROD. P/ ART. 2 DA LEI 9.032/95

MPAS

Ministério da Previdência e Assistência Social

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria de Arrecadação e Fiscalização

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - CND

① SÉRIE G Nº 122293

② PCND Nº 000181/96
CGC ☒ / CEI ☐ 35.578.772/0001-90

③ DADOS DO CONTRIBUINTE

NOME

ASSOCIACAO DE GARANTIA AO ATLETA PROFISSIONAL

ENDEREÇO COMPLETO (LOGRADOURO, NÚMERO, COMPLEMENTO)

RUA VENANCIO NEIVA 110 1 ANDAR SALA 107 ED. REAL

BARRIO OU DISTRITO

CENTRO

CEP 58.104-023

MUNICÍPIO CAMPINA GRANDE

④ FINALIDADE (PROIBIDO O PREENCHIMENTO DE MAIS DE UMA OPÇÃO)

☐ CONCESSÃO DE "Habite-se" E/OU
AVERBAÇÃO DO IMÓVEL
A SEGUIR ESPECIFICADO:

ÁREA CONSTRUÍDA / DEMOLIDA

☐ CONTRATAÇÃO COM O PODER PÚBLICO E RECEBIMENTO DE BENEFÍCIO OU INCENTIVO FISCAL OU CREDITÍCIO CONCEDIDO POR ELE, EXCETO PARA ALIENAÇÃO OU ONERAÇÃO, A QUALQUER TÍTULO, DE BEM MÓVEL OU IMÓVEL OU DIREITO RELATIVO AO MESMO.

☒ QUAISQUER DAS FINALIDADES PREVISTAS NA LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991, E SUAS ALTERAÇÕES, EXCETO PARA: CONCESSÃO DE "Habite-se" E/OU AVERBAÇÃO DE UNIDADE IMOBILIÁRIA.

OBSERVAÇÕES - SE EMITIDA PARA CGC, VÁLIDA PARA MATRIZ, FILIAIS E OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL.

CND NAO VALIDA PARA FINS DE BAIXA NA JUNTA COMERCIAL**

CERTIFICO, na forma do disposto na Lei nº 8.212/91, e suas alterações, que inexistente débito impeditivo da expedição desta certidão em nome do contribuinte acima identificado, ressalvado ao INSS o direito de cobrar qualquer importância que venha a ser considerada devida.

CAMPINA GRANDE-PB

31 de Janeiro

de 1996

INSS

CARIMBO DO EMITENTE

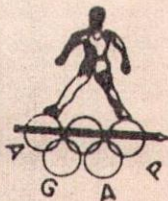
JAMES RAMOS REINALDO
Chefe do Posto Arrecadação e Fiscalização

INSS

DAF - 4007

Cópia desta CND só terá validade se conferida com o original. A CND para averbação só é válida no original.
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL POR 6 MESES





Associação de Garantia ao Atleta Profissional da Paraíba - AGAP -

Fundada em 10 de Maio de 1983

CGC/MF 35 578.772/0001-90 - CONVENIADA COM O INDESP-MEC

Rua Venâncio Neiva, 110 - 1º Andar - Sala 107 - Edifício Real - Centro

CEP 58.100-060 - Campina Grande - Paraíba

VALIDA POR 6 MESES, DE ACORDO COM PARAGRAFO 5 DO ART. 47, DA LEI 8212/91, COM ALT. INTROD. P/ ART. 2 DA LEI 9.032/95

MPAS

Ministério da Previdência e Assistência Social

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria de Arrecadação e Fiscalização

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - CND

①

SÉRIE G

Nº 122293

②

PCND Nº 000181/96

CGC ☒ / CEI ☐ 35.578.772/0001-90

③ DADOS DO CONTRIBUINTE

NOME

ASSOCIACAO DE GARANTIA AO ATELETA PROFISSIONAI

ENDEREÇO COMPLETO (LOGRADOURO, NÚMERO, COMPLEMENTO)

RUA VENANCIO NEIVA 110-1 ANDAR SALA 107 ED. REAL

BARRIO OU DISTRITO

CENTRO

58.104-023

CAMPINA GRANDE

④ FINALIDADE (PROIBIDO O PREENCHIMENTO DE MAIS DE UMA OPÇÃO)

☐ CONCESSÃO DE "Habite-se" E/OU
AVERBAÇÃO DO IMÓVEL
A SEGUIR ESPECIFICADO:

ÁREA CONSTRUIDA / DEMOLIDA

☐ CONTRATAÇÃO COM O PODER PÚBLICO E RECEBIMENTO DE BENEFÍCIO OU INCENTIVO FISCAL OU CREDITÍCIO CONCEDIDO POR ELE, EXCETO PARA ALIENAÇÃO OU ONERAÇÃO, A QUALQUER TÍTULO, DE BEM MÓVEL OU IMÓVEL OU DIREITO RELATIVO AO MESMO.

☒ QUAISQUER DAS FINALIDADES PREVISTAS NA LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991, E SUAS ALTERAÇÕES, EXCETO PARA: CONCESSÃO DE "Habite-se" E/OU AVERBAÇÃO DE UNIDADE IMOBILIÁRIA.

OBSERVAÇÕES - SE EMITIDA PARA CGC, VÁLIDA PARA MATRIZ, FILIAIS E OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL.

CND NAO VALIDA PARA FINS DE BAIXA NA JUNTA COMERCIAL**

CERTIFICO, na forma do disposto na Lei nº 8.212/91, e suas alterações, que inexistente débito impeditivo da expedição desta certidão em nome do contribuinte acima identificado, ressalvado ao INSS o direito de cobrar qualquer importância que venha a ser considerada devida.

INSS

CARIMBO DO CONTRIBUINTE

CAMPINA GRANDE-PB

31 de Janeiro

de 1996

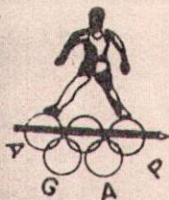
JAMES RAMOS REINALDO
Chefe de Posto Arrecadação e Fiscalização

Cópia desta CND só terá validade se conferida com o original. A CND para averbação só é válida no original.
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL POR 6 MESES

INSS

DAF - 4007





Associação de Garantia ao Atleta Profissional da Paraíba - AGAP - P

Fundada em 10 de Maio de 1983

CGC/MF 35.578.772/0001-90 - CONVENIADA COM O INDESP-MEC
Rua Venâncio Neiva, 110 - 1º Andar - Sala 107 - Edifício Real Centro
CEP 58.100-060 - Campina Grande - Paraíba

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

FGTSFGTS

Nº do Protocolo

220/2124

Válido até

16/Abril/96

Nº

1476847

NOME DA EMPRESA

ASSOCIAÇÃO DE GARANTIA AO ATLETA PROFISSIONAL DA
PARAÍBA - AGAP - PB.

ENDEREÇO

Rua: Venâncio Neiva, 110 - 1º and. S/107 Ed.Real Cen
CAMPINA GRANDE/PB

MATRÍCULA

AGÊNCIA DA CAIXA EM

CGC ou CPF

João Pessoa - PB 35.578.772/0001-

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE SITUAÇÃO - FGTS

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

O presente certificado não servirá de prova contra cobrança de qualquer débito que vier a ser reclamado por empregado da empresa ou levantado pela fiscalização do IAPAS, relativo a depósitos que não tenham sido efetuados.

Certifico de acordo com o disposto na NS 594/88, que a empresa acima identificada está em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

João Pessoa 16 de outubro de 1995

Local

MARIA LÚCIA LYRA DE ALMEIDA
Mat. 017.383-6
En. Setor Cont. Arrec. Fiscalização

Gerente

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

OBS: ESTA DECLARAÇÃO É VÁLIDA SEM RASURAS OU EMENDAS E AS CÓPIAS SOMENTE TERÃO VALIDADE MEDIANTE APRESENTAÇÃO DO ORIGINAL





MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CENTRO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCALIS
CADASTRO GERAL DE CONTRIBUÍNTES

C G C
FICHA DE
ALTERAÇÃO

01 PARA USO DA REPARTIÇÃO

3

5

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- 1 - CONSULTE O MANUAL DO CONTRIBUINTE C.G.C. AO PREENCHER ESTA FICHA.
- 2 - PREENCHA A MÁQUINA EM 4 (QUATRO) VIAS PERFEITAMENTE LEGÍVEIS.
- 3 - APRESENTE TODAS AS VIAS AO ÓRGÃO DA SIF DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO-SEDE.
- 4 - PREENCHA, AFENAS, O(S) QUADRO(S) CORRESPONDENTE(S) AO(S) QUE ASSINALOU NO QUADRO 04 E PREENCHA O QUADRO 12.
- 5 - SO SERÁ ADMITIDO COMO "SIGNATÁRIO" O RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA.
- 6 - NÃO PREENCHA OS QUADROS DE USO DA REPARTIÇÃO.

02 CARIMBO PADRONIZADO DO C.G.C. DO ESTABELECIMENTO-SEDE

0

ESTABELECIMENTO A QUE SE REFERE ESTA ALTERAÇÃO

03 C.G.C. NÚMERO BÁSICO NÚMERO DE ORDEM CONTROLE

| | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 3 | 5 | 5 | 7 | 8 | 7 | 7 | 2 | 0 | 0 | 0 | 1 | 9 | 0 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

8

ALTERAÇÕES NA FICHA

04 ASSINALE COM "X" O ITEM A ALTERAR (DE 01 A 05 PRIVATIVO DO ESTABELECIMENTO-SEDE)

| | | | | | |
|---------------------------|----|---|--------------------------|----|---|
| MÊS DE BALANÇO | 00 | 6 | FIRMA OU RAZÃO SOCIAL | 05 | 7 |
| PERCENTUAL DO CAPITAL | 01 | 4 | ATIVIDADE PRINCIPAL | 06 | 5 |
| FAIXA DE CAPITAL | 02 | 2 | NOME DE FANTASIA | 07 | 3 |
| PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL | 03 | 0 | ENDEREÇO | 08 | 1 |
| NATUREZA JURÍDICA | 04 | 9 | RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS | 09 | 0 |

35578772/0001-90

ASSOCIAÇÃO DE GARANTIA AO ATLETA
PROFISSIONAL DA PARAIBA - AGAP-PB.

Rua Venâncio Neiva, 110
1º ANDAR - SALA 107 - ED. REAL

CENTRO - CEP 58100-060

CAMPINA GRANDE - PB

*ESTA FICHA, QUANDO AUTENTICADA POR AMBAS AS REPARTIÇÕES, COMPLETA NO QUE COUBER, O CARTÃO C.G.C. PELO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS, CONTADOS DA DATA DE RECEPÇÃO (QUADRO 16) OU DA ÚLTIMA DATA DE REVALIDAÇÃO APOSTA NO VERSO.

NOVAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

05 MÊS DE BALANÇO PERCENTUAL DO CAPITAL

| | | |
|---|----|---|
| 3 | 06 | 1 |
|---|----|---|

1

07 FAIXA DE CAPITAL (Assinale com "X")

| | | | | | | | | |
|----------------------|----|---|-----------------------------------|----|---|-----------------------|----|---|
| MENOS DE R\$ 100.000 | 03 | 3 | ENTRE R\$ 100.000 E R\$ 1.000.000 | 04 | 1 | MAIS DE R\$ 1.000.000 | 05 | 0 |
|----------------------|----|---|-----------------------------------|----|---|-----------------------|----|---|

0

RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS

06 ASSINALE COM "X" A NOVA RELAÇÃO DE TRIBUTOS QUE RECOLHER HABITUALMENTE

| | | | | | |
|--|----|---|--|----|---|
| IMPOSTO DE RENDA (DECLARAÇÃO) | 00 | 1 | LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS | 08 | 7 |
| EXPORTAÇÃO | 01 | 0 | ENERGIA ELÉTRICA | 09 | 5 |
| PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL | 02 | 8 | MINERAIS | 10 | 9 |
| IMPORTAÇÃO | 03 | 6 | TRANSMISSÃO PROPRIETÁRIA | 11 | 7 |
| IMPOSTO DE RENDA (NA FONTE) | 04 | 4 | ICM | 12 | 5 |
| IPI | 05 | 2 | PROPRIEDADE TERRITORIAL E FUNDIAL URBANA | 13 | 3 |
| OPERAÇÕES FINANCEIRAS | 06 | 0 | IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS | 14 | 1 |
| SERVIÇOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (FEDERAL) | 07 | 9 | | | |

4

NATUREZA JURÍDICA

09 ASSINALE COM "X" A NOVA FORMA DE CONSTITUIÇÃO

| | | | | | |
|--|----|---|--|----|---|
| EMPRESA INDIVIDUAL (COMÉRCIO OU INDÚSTRIA) | 00 | 8 | EMPRESA PÚBLICA | 10 | 5 |
| SOCIEDADE EM NOME COLETIVO | 01 | 6 | SOC. DE ECONOMIA MISTA | 11 | 3 |
| SOC. POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LTDA. | 02 | 4 | SOC. ANÔNIMA (CAPITAL FECHADO) | 12 | 1 |
| SOC. DE CAPITAL E INDÚSTRIA | 03 | 2 | SOC. ANÔNIMA (CAPITAL ABERTO) | 13 | 0 |
| SOC. COMANDITA SIMPLES | 04 | 0 | EMPRESA INDIVIDUAL (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS) | 14 | 8 |
| SOC. EM COMANDITA POR AÇÕES | 05 | 9 | FUNDAÇÃO | 15 | 6 |
| SOC. CIVIL COM FINS LUCRATIVOS | 06 | 7 | ASSOCIAÇÃO | 16 | 4 |
| SOC. EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO | 07 | 5 | OUTRA | 17 | 2 |
| SOC. COOPERATIVA | 08 | 3 | ÓRGÃO PÚBLICO | 18 | 0 |
| FILIAL, SUCURSAL, AGÊNCIA DE EMPRESA SEDIADA NO EXTERIOR | 09 | 1 | | | |

0

NOVA ATIVIDADE PRINCIPAL

08 DESCRIÇÃO ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA C/FINALIDADE DE ASSISTIR AO ATLETA AMADOR E PROFISSIONAL

| | | | | |
|--------|---|---|---|---|
| CÓDIGO | 6 | 1 | 9 | 9 |
|--------|---|---|---|---|

7

NOVA DENOMINAÇÃO

12 NOVA FIRMA OU RAZÃO SOCIAL / DENOMINAÇÃO COMERCIAL

13 NOVO NOME DE FANTASIA

NOVO ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO

14 TIPO (RUA, AV., ETC.) RUA

15 NOME DO LOGRADOURO VENÂNCIO NEIVA

16 NÚMERO 110

17 COMPLEMENTO (SALA, LUGAR, ETC.) SALA 107

18 BAIRRO OU DISTRITO 1º ANDAR

19 CEP 58100

20 SÍMBOLO DA UF PB

21 MUNICÍPIO CAMPINA GRANDE

22 CÓDIGO DO MUNICÍPIO 1981

23 CÓDIGO DA INSPEÇÃO

NOVA PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

24 INSCRIÇÃO NO CPF NÚMERO BÁSICO CONTROLE

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 0 | 9 | 5 | 9 | 8 | 9 | 0 | 4 | 9 | 1 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

0

MANOEL LUIS XELO

13.11.95

RECEPÇÃO NO ÓRGÃO DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO

CARIMBO DO ÓRGÃO/RUBRICA DO FUNCIONÁRIO DATA

CONTROLE DE REMESSA DE DOCUMENTOS

25 PARA USO DO ÓRGÃO RECEPTOR

| | | | |
|--------|-----|-------|--------|
| CÓDIGO | ANO | GRUPO | NÚMERO |
| 1 | 0 | 3 | |

RECEPÇÃO NO ÓRGÃO DA JURISDIÇÃO DA SEDE

26 CARIMBO RUBRICA DO FUNCIONÁRIO

04.3.01.01-3

13 NOV 1995

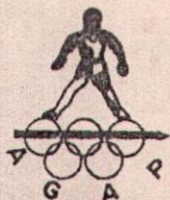
C. Grande-PB

PARA USO DO ÓRGÃO LOCAL DA JURISDIÇÃO DA SEDE

27 DATA DE RECEPÇÃO

| | | |
|-----|-----|-----|
| DIA | MÊS | ANO |
| 0 | | |

28 MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO



Associação de Garantia ao Atleta Profissional da Paraíba - AGAP - PB

Fundada em 10 de Maio de 1983

CGC/MF 35.578.772/0001-90

RUA ANTENOR PINHEIRO, 93 - JOSÉ PINHEIRO - CEP 58.104-023 - C. GRANDE - PB

ATA DA ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA DA AGAP/PB

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de Dezembro de 1994 (mil novecentos e noventa e quatro), pelas 12:00 horas (meio dia), na Terceira Convocação, na Sede Social da AGAP/PB (Casa do Atleta), localizada a rua: Antenor Pinheiro Rodrigues nº 93, no bairro de José Pinheiro em Campina Grande - PB; reuniram-se, os ex-atletas, atletas profissionais e os em formação (juvenis), todos associados da entidade classista paraibana, abaixo assinados, qualificados e identificados conforme EDITAL de convocação, pelas emissoras (falada, escrita e televisada) locais; nos seus respectivos programas de esporte; na qualidade de instituidores, oportunidade em que resolveram com a presença de 34 (trinta e quatro) associados, devidamente comprovados através das suas credenciais expedidas pela AGAP/PB (carteiras de sócios), elegeram a Nova Diretoria da AGAP/PB (Associação de Garantia ao Atleta Profissional da Paraíba), com sede em Campina Grande - PB, site ao endereço acima mencionado nesta ATA; regida na forma do ESTATUTO em anexo; fica fazendo parte da NOVA DIRETORIA da AGAP/PB, como parte integrante e complementar desta ATA, os seguintes membros (ex-atletas e atletas profissionais), abaixo assinados, identificados e qualificados:

Presidente: MANOEL LUIS MELO;

1º Vice-Presidente: IVAN LOPES DOS SANTOS;

2º Vice-Presidente: AILTON DA SILVA OLIVEIRA;

Superintendente: JOVENILDO NEVES FLÔR;

Coordenadoria Administrativa: JOSÉ BENÍCIO FILHO;

Assessoria Jurídica: Dr. Wálter Vasconcelos;

Assessoria de Relações Públicas: CARLOS ALBERTO PEREIRA;

Coordenadoria Social e Educacional: Dra. JOANA D'ARC ELOY BREYTEN;

Conselho Fiscal: MÁRCIO PETRÔNIO RAMOS - IVONALDO CORREIA DE ARAÚJO e TERTULINO ALVES DE QUIEROZ;

Suplentes: WILSON WÁGNER COSTA - JORGE HIPÓLITO DOS SANTOS e IRINALDO RUFINO DE OLIVEIRA.



Manoel Luis Melo
Presidente da A.G.A.P.-PB

x Ailton da Silva
+ Flôr

Ailton da Silva

Joana d'Arc Eloy Breyten
x Márcio Petronio Ramos
Ivonaldo Correia de Araújo
Tertulino

Tertulino Alves de

ESTATUTO

ASSOCIAÇÃO DE GARANTIA AO ATLETA PROFISSIONAL DA PARAÍBA

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E REPRESENTAÇÃO

Art. 1º - Com a denominação de ASSOCIAÇÃO DE GARANTIA AO ATLETA PROFISSIONAL DA PARAÍBA, doravante denominada AGAP, fica constituída e fundada uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com número ilimitado de associados e com duração indeterminada, regendo-se pelo presente Estatuto e disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º - A Associação tem personalidade jurídica distinta da dos seus associados, os quais não respondem solidariamente pelas obrigações por ela contraídas.

Art. 3º - A Associação tem sede e foro na cidade de CAMPINA GRANDE-PB, onde mantém escritório, podendo, a critério da sua Diretoria, abrir e manter escritórios, agências, representações e sucursais, em quaisquer municípios ou cidades, quando assim o exigirem suas necessidades de crescimento e possibilidade de atendimento aos associados.

Art. 4º - O Presidente, ou seu substituto legal, representa a Associação em Juízo ou fora dele.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES E OBJETIVOS SOCIAIS

Art. 5º - A Associação tem por finalidade:

a) assistir o atleta profissional, o ex-atleta e o ao em formação, no sentido de promover sua profissionalização alternativa, em cooperação com as entidades desportivas a que estiver vinculado e instituições de órgãos públicos;

b) promover, na fase profissional da vida do atleta, sua profissionalização alternativa, assistindo-o na racional aplicação dos rendimentos auferidos;

2

c) promover cursos, palestras, simpósios, com vistas a orientação e adaptação de seus associados;

d) promover, após o encerramento das atividades desportivas do atleta, sua adaptação a outra profissão, proporcionando-lhe recursos por tempo e valor limitados com vistas a:

- I - complementar sua preparação profissional;
- II - permitir-lhe o exercício de nova profissão, atividade ou estabelecimento de negócio;
- III - evitar que, por perda da qualidade de segurado do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), venha a ficar privado do direito aos benefícios previdenciários.

e) manter convênios com entidades públicas, privadas, desportivas ou de qualquer natureza, para a prestação da assistência complementar aos seus associados;

f) orientar seus associados, encaminhando-os aos diversos órgãos competentes, a fim de dirimirem dúvidas emergentes do vínculo empregatício e desportivo, ou ainda, aqueles ligados a seus direitos e deveres;

g) estudar as tendências do mercado de mão-de-obra local, no intuito de facilitar o reemprego dos associados, podendo, para melhor alcançar este objetivo, celebrar convênios com organizações especializadas;

h) promover atividades sócio-culturais, esportivas e recreativas para os associados e seus dependentes, com vistas ao aprimoramento dos seus níveis profissionais, éticos e culturais e o fortalecimento da confraternização entre os mesmos e os dirigentes das entidades privadas e autoridades;

i) promover outros benefícios que tenham por finalidade a readaptação e a assistência aos atletas profissionais, aos ex-atletas e aos em formação, de futebol, e de outras categorias e modalidades desportivas legalmente regulamentadas.

Parágrafo Único- Dentre os benefícios de natureza assistencial e previdenciária, poderá a entidade promover a instituição do Auxílio Funeral e de Seguros, de vida e de acidentes, para os seus associados.

DOS ASSOCIADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES

Art. 6º - Poderão ser associados da AGAP, todos os atletas e ex-atletas profissionais e os ao em formação, de futebol e das demais modalidades desportivas que forem regulamentadas por lei, sem distinção de sexo, cor, religião e limite de idade.

Art. 7º - Os sócios serão distribuídos nas seguintes categorias: as: FUNDADORES, EFETIVOS, AMADORES E TEMPORÁRIOS.

I - FUNDADORES - São os que tomaram parte na Assembleia de constituição da entidade e assinaram seus atos constitutivos;

II - EFETIVOS - São todos os atletas profissionais de futebol e de outras modalidades desportivas regulamentadas por lei;

III - AMADORES - São os atletas em formação em atividade, vinculados a entidades desportivas devidamente regulamentadas e que admitem a contratação de atletas profissionais;

IV - TEMPORÁRIOS - São os ex-atletas profissionais de futebol e de outras modalidades desportivas, devidamente regulamentadas, mesmo desvinculados de qualquer entidade desportiva, sendo a sua característica principal a de ter sido atleta profissional em qualquer época e por qualquer tempo.

Art. 8º - São deveres dos associados:

a) usufruir de todos os benefícios definidos e assegurados pelo Estatuto, na forma do Regimento Interno da Associação, e de acordo com as respectivas categorias sociais;

b) votar e ser votado, desde que esteja em dia com suas obrigações sociais e esteja inscrito como associado a no mínimo dois anos, antes da realização da Assembleia;

c) convocar a Assembleia Geral Extraordinária, mediante requerimento endereçado à Diretoria, e que conte, no mínimo, com as assinaturas de 1/3 dos associados;

d) pagar, pontualmente, as taxas e contribuições de sua responsabilidade, fixadas pela Diretoria, para gozar de seus direitos;

e) zelar pelo decoro e o bom nome da Associação, na sede ou fora dela, bem como pela defesa e perfeita conservação de seu patrimônio;

f) acatar as decisões emanadas dos órgãos dirigentes da Associação;

g) sugerir à Diretoria, por escrito, medidas e providências que aspirem ao aperfeiçoamento operativo da Associação, bem como reclamar quando se julgar prejudicado em qualquer de seus direitos e, igualmente, denunciar qualquer resolução que colida com as disposições legais vigentes e com as normas estatutárias constantes do Regimento Interno da Associação:

I - o sócio que se afastar da jurisdição da AGAP, por motivo de mudança, deverá comunicar à Diretoria que procederá seu desligamento do corpo de associados;

II - nos demais casos de afastamento temporário, estará sujeito aos pagamentos previstos na alínea "d", deste artigo;

III - o associado que deixar de recolher as taxas e contribuições, sem motivo justificado, será desligado, automaticamente, pela Diretoria da AGAP, fato este que deverá ser comunicado à Assembleia, na primeira oportunidade de reunião.

CAPÍTULO IV

DO PATRIMÔNIO, DA RECEITA E DA DESPESA

Art. 9º - O Patrimônio da Associação será constituído:

- a) pelos bens móveis e imóveis que possuir ou venha a possuir;
- b) por qualquer doação ou legado que aceitar, oriundo de pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou jurídicas de direito público;
- c) por tudo que estiver ou vier a ser registrado em seu nome;
- d) pelos resultados das promoções que realizar.

Art. 10 - A receita da Associação será constituída:

- a) pelas taxas e contribuições dos associados, compreendidos nas categorias de EFETIVOS, AMADORES E TEMPORÁRIOS;
- b) por donativos de qualquer espécie;
- c) pelo resultado de coletas e subscrições promovidas, com vistas ao atendimento de despesas extraordinárias ou encargos

imprevistos, assim como pelas taxas e contribuições atinentes aos planos adicionais de assistência que venham a ser instituídos;

d) pela renda resultante de quaisquer serviços prestados pela Associação, ou da aplicação dos saldos da sua receita;

e) por quaisquer outros proventos lícitamente obtidos;

f) por convênios firmados com entidades públicas ou particulares, para prestação de serviços.

Art. 11 - Constituirão despesas da Associação;

a) o custeio de suas atividades;

b) a aquisição de material, bens móveis e imóveis indispensáveis à sua organização e funcionamento;

c) os dispêndios demandados pela colocação junto aos associados, dos planos adicionais de amparo e assistência que a ser instituídos;

d) o custeio de assistência complementar aos associados, definida em legislação pertinente, neste Estatuto e no Regimento Interno.

CAPÍTULO V

DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 12 - São órgãos de Direção da Associação:

a) Assembléia Geral;

b) Conselho Fiscal;

c) Diretoria;

d) Presidência

TÍTULO I - DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 13 - A Assembléia Geral é o poder máximo e soberano da AGAP/DF, constituída por todas as categorias de sócios:

a) qualquer membro da Assembléia poderá ser impugnado, decidindo o plenário a respeito da impugnação;

b) os associados usarão do direito de voz e voto nas reuniões somente para tratarem de assuntos constantes da Ordem do Dia da Convocação;

16
se instalarão com a presença de 2/3 (dois terços) dos associados, em primeira convocação; em segunda convocação, com a metade mais um dos associados e, em terceira e última convocação, com a presença de qualquer número de associados.

Art. 18 - As reuniões da Assembléia Geral serão sempre em dia útil, na sede da AGAP, e entre uma convocação e outra, haverá um intervalo de 30 (trinta) minutos.

Art. 19 - A Assembléia será presidida pelo Presidente da AGAP exceto quando tratar de assunto de interesse do mesmo e, na sua ausência ou impedimento, pelos 1º e 2º Vice-Presidentes, respectivamente, na ordem de sucessão estatutária e, na falta desses, por qualquer membro do Conselho Fiscal ou da Diretoria.

Parágrafo Único - Não poderá presidir a Assembléia, quem for candidato a qualquer cargo da AGAP, na sessão em que se realizar a eleição.

Art. 20 - As decisões da Assembléia serão adotadas pela maioria simples dos presentes, salvo o caso de destituição de poderes, em que deverá prevalecer a decisão da maioria absoluta dos associados.

Art. 21 - Instalada a Assembléia Geral, a Mesa será composta pelo Presidente da AGAP, pelos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Art. 22 - As reuniões das Assembléias Gerais, Ordinária e Extraordinárias, serão abertas pelo Presidente da Associação, que lerá os termos do edital de convocação.

Art. 23 - Os Editais de Convocação das Assembléias Gerais serão publicados pela imprensa, na forma da lei, com antecedência mínima de 08 (oito) dias e deles constarão a Ordem do Dia, ainda que sumariamente, o dia, o horário das três convocações e o local da reunião.

Art. 24 - Além das atribuições que lhe são conferidas pela Lei e por este Estatuto, compete à Assembléia Geral:

a) eleger e empossar, com mandato de 4 (quatro) anos, o Presidente, os Vice-Presidentes e os Diretores;

12

b) eleger e empossar os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes, com mandato de três anos;

c) julgar os recursos de Diretores, Conselheiros e Associados em última instância, aplicando-lhes as penalidades cabíveis e estatutárias, através do voto de, pelo menos, 2/3 (dois terços) de sua composição;

d) alterar ou reformar o Estatuto, em reunião expressamente convocada para esse fim;

e) dissolver a AGAP, pelo voto de, no mínimo, 4/5 (quatro quintos) de seus membros permanentes. Neste caso, seu patrimônio será revertido a outra entidade congênere, devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

f) conceder ou negar títulos de sócios honoríficos ou beneméritos, mediante proposta da Diretoria;

g) aprovar, ou não, o Relatório Anual das Contas da Diretoria, após parecer do Conselho Fiscal;

h) autorizar, previamente, a compra e venda de imóveis e de ações onerosas;

i) reconsiderar suas próprias decisões, quando não adotadas por unanimidade, a requerimento da parte interessada ou de qualquer membro presente à reunião em que tiver sido adotada a decisão, objeto da reconsideração;

j) invalidar o mandato de qualquer membro do Poder da AGAP, inclusive os direitos de qualquer de seus componentes, sempre por maioria absoluta;

k) estabelecer normas e procedimentos para a Diretoria, no exercício de seu mandato, previstos no Estatuto da AGAP;

l) emitir normas administrativas, técnicas e disciplinares para a Diretoria;

m) resolver, como última instância, os casos omissos do presente Estatuto.

TÍTULO II - DO CONSELHO FISCAL

Art. 25 - O Conselho Fiscal será eleito pela Assembléia Geral, com a composição de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, pelo período de 03 (três) anos, podendo haver reeleição de seus membros.

Art. 26 - Ao Conselho Fiscal compete:

- a) fiscalizar a parte financeira e patrimonial da AGAP;
- b) ser eleito de três em três anos, podendo haver reeleições sem limitações;
- c) reunir-se mensalmente, em sessões ordinárias, para examinar os balancetes financeiros e patrimoniais da AGAP;
- d) reunir-se extraordinariamente, a pedido de seu Presidente, de qualquer de seus membros ou da Diretoria da AGAP;
- e) examinar, opinar e aprovar, se for o caso, o Relatório e as Contas da Diretoria, tornando-se co-responsável perante a Assembléia Geral;
- f) examinar, permanentemente, as atividades econômicas, financeiras e patrimoniais da AGAP;
- g) solicitar reunião da Assembléia Geral, para tomar providências contra atos lesivos aos interesses da AGAP;
- h) conceder licença a seus próprios membros, não superior a 90 (noventa) dias, e convocar os suplentes para ocupar as vagas ;
- i) fiscalizar as atividades administrativas da AGAP;
- j) aprovar o Plano de Contas da AGAP;
- k) opinar sobre o resultado de sindicâncias e inquéritos instalados pela Diretoria;
- l) eleger, dentre seus membros, seu Presidente e Secretário;
- m) elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

TÍTULO III - DA DIRETORIA

Art. 27 - A Diretoria eleita pela Assembléia Geral, com mandato de 04 (quatro) anos, será composta dos seguintes membros:

- a) Presidente
- b) 1º Vice-Presidente
- c) 2º Vice-Presidente
- d) Diretor Administrativo
- e) Diretor Financeiro
- f) Diretor de Assistência Social e Educacional

Parágrafo Único - Nenhum membro da Diretoria da AGAP receberá qualquer tipo de remuneração pelos serviços prestados a entidade.

Art. 28 - A Diretoria reunir-se-á, mensalmente, em sessões ordinárias e extraordinariamente, quando convocadas pelo seu Presidente.

Art. 29 - As decisões da Diretoria, salvo disposição em contrário neste Estatuto, serão tomadas por maioria simples.

Art. 30 - Além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto, compete à Diretoria:

- a) cumprir e fazer cumprir as determinações que regulamentam o funcionamento da Associação e dos demais Poderes;
- b) julgar os assuntos submetidos à sua apreciação;
- c) homologar, aprovar, anular ou retificar os atos praticados por seus próprios membros;
- d) promover o saneamento de qualquer prática administrativa irregular, e instituir o regime de trabalho e o vencimento dos funcionários da AGAP;
- e) debater e votar medidas propostas pelo Presidente, ressalvada a competência de outros Poderes;
- f) propor à Assembléia Geral, a concessão de títulos de sócios: benemérito, grande benemérito e honorário;
- g) dar, em garantia simples ou hipotecária, os bens da AGAP, depois de autorizada pela Assembléia Geral;
- h) aplicar normas administrativas e disciplinares, emanadas da Assembléia Geral.

Art. 31 - A execução dos serviços administrativos e técnicos da AGAP, será confiada a uma Superintendencia Administrativa, como órgão de apoio e assessoramento da Diretoria.

TÍTULO IV - DA PRESIDÊNCIA

Art. 32 - A Presidência terá como titulares o Presidente e os Vice-Presidentes, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 04 (quatro) anos, sendo que, em caso de morte ou renúncia do Presidente, haverá nova eleição de outro titular para cumprir o restante do mandato.

Ao Presidente compete:

a) dirigir os trabalhos e atividades da AGAP, respeitadas as determinações estatutárias, como executor das decisões coletivas e as de sua própria atribuição;

b) ser o representante legal da AGAP, em juízo ou fora dele, sendo civilmente responsável pelos seus atos no exercício da função, cabendo-lhe o direito de presidir as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral, com voto quíntuplo;

c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

d) firmar em seu nome, e como representante da AGAP, escrituras, contratos, convênios, distratos, acordos, recibos, quitações, promessas, cessões e quaisquer outros documentos de natureza jurídica econômico-financeira e patrimonial, que envolvam direitos e obrigações para a AGAP;

e) substabelecer e delegar poderes aos Vice-Presidentes e outros Diretores, quando assim o exigirem as circunstâncias, ficando porém, có-responsável;

f) passar aos Vice-Presidentes o cargo, sempre que tiver de se ausentar por prazo superior a 15 (quinze) dias;

g) licenciar-se por prazo superior a 30 (trinta) dias, mediante comunicação constante de ata de reunião da Diretoria e permissão da Assembléia Geral, quando esse prazo ultrapassar a 90 (noventa) dias;

h) nomear comissões para elaboração e execução de trabalhos da AGAP, bem como dissolvê-las;

i) denunciar aos poderes competentes, qualquer ato ou fato que julgue prejudicial à AGAP;

j) convocar a Assembléia Geral, instalá-la e presidí-la, observadas as restrições estatutárias;

k) assinar o expediente e documentos da AGAP;

l) assinar balancetes, balanços, cheques e ordens de pagamento, em conjunto com o Superintendente Administrativo;

m) designar membros de delegações representativas da AGAP;

n) abrir sindicâncias e inquéritos, nomear seus membros, encaminhando seus resultados à Assembléia Geral;

o) delegar poderes aos Vice-Presidentes para assinar, em conjunto com o Superintendente Administrativo, os documentos de sua atribuição, sempre que houver impedimento temporário ou eventual;

2

p) resolver os casos de urgência, da competência da Diretoria, submetendo sua decisão ao referendo desta, na primeira reunião que houver;

q) assinar diplomas, credenciais e carteiras de identificação, bem com os termos de abertura e encerramento de livros e ta-
lões;

r) submeter os casos disciplinares aos Membros da Direto-
ria em reunião expressamente convocada e, posteriormente, à Assem-
bléia Geral, para a competente aplicação de penalidade, das quais
será o executor;

s) permanecer no cargo até a eleição e posse do novo Pre-
sidente da entidade;

t) admitir e demitir os funcionários necessários ao de-
sempenho das atividades da AGAP;

u) pugnar pelo desenvolvimento e aprimoramento da entida-
de, facilitando o intercâmbio com suas congêneres de outros Estados,
através de relacionamento e troca de sugestões ;

v) representar os interesses profissionais de seus as-
sociados junto aos Poderes Públicos e instituições privadas;

x) cumprir e fazer cumprir, pelos associados, as leis e
instruções vigentes e decisões da Assembléia Geral;

y) informar e esclarecer aos seus associados, orientando-
os quanto aos seus direitos e deveres perante os organismos dirigen-
tes dos desportos no país e no exterior;

z) dirimir dúvidas de seus associados.

Art. 33 - Compete, ainda, ao Presidente:

a) Expedir o Regulamento Geral e Regimento Interno, que
orientem o funcionamento da Associação;

b) promover a recreação, o lazer e cursos a seus associa-
dos;

c) determinar a aplicação, pelos órgãos competentes, do
valor das taxas , contribuições , auxílios e benefícios aos seus as-
sociados.

Art. 34 - Aos Vice-Presidentes compete:

a) substituir o Presidente, nos casos de licença, afasta-
mento ou impedimento, previstos neste Estatuto;

20

b) auxiliar o Presidente da AGAP nas tarefas que lhe forem delegadas.

Art. 35 - Caberá aos Diretores Administrativo, Financeiro e de Assistência Social e Educacional, fazerem, em conjunto ou separadamente, o acompanhamento e a avaliação do desempenho das atividades da AGAP, nas áreas correspondentes aos cargos que ocupam e, sempre que oportuno, estudar e exarar pareceres nos respectivos processos a eles submetidos.

TÍTULO V - DA SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Art. 36 - O Superintendente Administrativo deverá ser portador de reconhecida capacidade profissional e dos requisitos indispensáveis ao atendimento de todas as exigências impostas pela AGAP.

Art. 37 - O Superintendente Administrativo participará das reuniões da Diretoria, com direito a palavra, sem direito a voto, e tem como atribuições principais:

- a) planejar, dirigir, controlar, executar e coordenar as atividades administrativas da Associação;
- b) executar as decisões emanadas da Diretoria;
- c) elaborar e executar, depois de aprovado, o Programa de Trabalho Anual da AGAP;
- d) propor à Presidência a admissão ou demissão de funcionários do Quadro de Pessoal da AGAP;
- e) dar andamento a todos os pedidos de admissão ou desligamento de sócios;
- f) administrar os bens e receitas da AGAP, em conjunto com o Presidente e os Vice-Presidentes;
- g) redigir toda a correspondência e demais documentos da AGAP, necessários ao seu bom desempenho;
- h) lavrar as atas das Assembléias Gerais, das reuniões do Conselho Fiscal e da Diretoria, na qualidade de Secretário;
- i) tomar ciência dos assuntos da Diretoria e providenciar a organização de relatórios nos prazos certos, para sua apresentação às autoridades competentes;
- j) prestar assessoramento aos diversos órgãos da AGAP;
- k) propor, através do Presidente, reuniões que se façam necessárias ao bom desempenho da AGAP.

CAPÍTULO VI

DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 38 - A organização e funcionamento da AGAP, obedecerão às normas contidas na legislação pertinente e neste Estatuto, e respeitarão os princípios constantes do Regimento Interno, complementados pelos atos emanados da Assembleia Geral, da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Art. 39 - O Regulamento Geral e o Regimento Interno da AGAP especificarão as atividades relativas aos serviços técnicos, administrativos, financeiros, orçamentários e contábeis de execução e de direção da Entidade.

Art. 40 - Todas as vagas que se verificarem nos Poderes serão preenchidas por quem de direito, respeitadas as disposições estatutárias, devendo o provimento perdurar somente até o vencimento do período do respectivo mandato.

Art. 41 - As resoluções dos poderes da AGAP têm força executiva e serão cumpridas, imediatamente, após afixação em Quadro de Avisos, ou após a ciência do interessado.

Art. 42 - Todas as eleições serão realizadas por voto secreto, procedendo-se, em caso de empate, a um segundo escrutínio entre os colocados em primeiro lugar, em igualdade de condições. Se perdurar o empate, a escolha se dará por sorteio entre os candidatos empatados.

& 1º - Somente poderão ocupar cargos de direção, em qualquer Poder da AGAP, brasileiros de qualquer condição, maior de 21 anos, possuidores de reconhecida capacidade e gozarem de bom conceito público, tendo preferência, os que atuem ou tenham atuado como atletas profissionais;

& 2º - Qualquer membro de um dos Poderes poderá licenciar-se do cargo, por prazo não excedente a 180 (cento e oitenta) dias, após fazer a devida comunicação por escrito, cabendo ao Poder competente, a decisão de aceitar, adiar ou interromper a licença concedida.

CAPÍTULO VII

DAS PENALIDADES

Art. 43 - Os associados e funcionários da AGAP estarão sujeitos por infração estatutária e disciplinar, às seguintes penalidades:

- a) advertência, verbal ou escrita, a critério do Presidente;
- b) suspensão, até 30 (trinta) dias, de todas as atividades da AGAP, a critério da Diretoria;
- c) eliminação do Quadro Social a critério da Assembleia Geral.

CAPÍTULO VIII

DAS INFRAÇÕES

Art. 44 - Constituem infrações puníveis com as penalidades estatutárias:

- a) qualquer violação ao presente Estatuto;
- b) referência desairosa à AGAP, ou a seus poderes constituidos, em conjunto ou separadamente;
- c) falta de pagamento de suas contribuições por mais de 30 (trinta) dias;
- d) falta de decore nas dependências da AGAP;
- e) usar o nome da AGAP para tentar conseguir vantagens indevidas;
- f) portar-se grosseiramente no contato com dirigentes e demais associados e funcionários da AGAP, enquanto estiver nesta qualidade;
- g) destruir ou danificar qualquer bem pertencente ao patrimônio da AGAP;
- h) desrespeitar e não cumprir decisões emanadas dos órgãos dirigentes da AGAP;
- i) deixar de cumprir as condições fixadas pela AGAP, na sua preparação profissional, ou no exercício de emprego.

CAPÍTULO IX

DOS RECURSOS E RECONSIDERAÇÕES

Art. 45 - A todo associado, dirigente ou funcionário da AGAP que, em virtude da decisão do Poder competente, se sentir prejudicado, caberá o direito de recorrer e pleitear a revogação da medida considerada prejudicial aos seus interesses, nos termos da legislação pertinente.

& 1º - O recurso será dirigido ao órgão da hierarquia disciplinar imediatamente superior àquele de cujo ato se recorre;

& 2º - A Assembléia Geral é o poder final e definitivo, para qualquer tipo de recurso.

Art. 46 - O julgamento de qualquer recurso ou pedido de reconsideração poderá ser concretizado com a participação da maioria simples do órgão Colegiado para o qual se recorre.

Art. 47 - Quanto ao recurso para a Assembléia, só poderá ser julgado pela maioria absoluta de seus membros.

Art. 48 - Das decisões do Presidente, caberá recurso para a Diretoria, desta para o Conselho Fiscal e deste para a Assembléia Geral.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49 - O presente Estatuto poderá ser reformado no todo ou em parte, a qualquer tempo, a fim de adaptar-se às resoluções e atos emanados do Poder Público, bem como, por decisão da maioria dos componentes da Assembléia Geral.

Art. 50 - A Assembléia Geral poderá conceder os seguintes títulos:

a) Benemérito - aos que tenham prestado relevantes serviços ao desporto e à AGAP;

20

b) Grande Benemérito - aos que já sendo Benemérito, continuem prestando relevantes serviços ao desporto e à AGAP; 28

c) Honorários - aos que tenham prestado serviços especiais, ao desporto em geral, à AGAP ou às suas Co-Irmãs.

Art. 51 - A AGAP, pelas suas características e suas finalidades sociais, é entidade sem fins lucrativos e não distribui vantagens e bonificações a seus Diretores e associados.

Art. 52 - São expressamente proibidas, nas dependências da Associação, manifestações de carácter político, religioso, racial, ou movimentos coletivos organizados contra dirigentes da AGAP e dos Poderes constituídos. É igualmente proibida, nas dependências sociais da AGAP, a prática de jogos de azar.

Art. 53 - As alterações introduzidas neste Estatuto, entrarão em vigor após aprovação pela Assembleia Geral e respectiva publicação no Diário Oficial da União, seguida do competente registro público.



Associação de Garantia ao Atleta Profissional da Paraíba - AGAP - PB

Fundada em 10 de Maio de 1983

CGC/MF 35 578.772/0001-90 - CONVENIADA COM O INDESP-MEC

Rua Venâncio Neiva, 110 - 1º Andar - Sala 107 - Edifício Real - Centro

CEP 58.100-060 - Campina Grande - Paraíba



Não
ENDEIXE
(A) Sina



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Eptácio Pessoa



Registrado no Livro de Plenário

às Fls. 395 Sob No 395/96

EM, 27 / 03 / 96

Publicado no Diário do Poder

Legislativo do Dia / /

de 19

EM / /

1º SECRETÁRIO

Remetido à Secretaria Legislativa

Em / /

Diretor da Ass. ao Plenário

Designo como Relator
o Deputado Quibio Tascano
Em, 27 / 03 / 96
W. L. C.
Presidente



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei nº 395/96

RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE GARANTIA
AO ATLETA DA PARAÍBA - AGAP/PB.

AUTOR : O DEPUTADO VITAL FILHO

RELATOR : O DEPUTADO ZENÓBIO TOSCANO

P A R E C E R :

1 - RELATÓRIO:

Vem para análise e parecer desta Comissão Técnica de Constituição, Justiça e Redação, o presente projeto de lei nº 395/96, da autoria do ilustre deputado Vital Filho, no qual procura' declarar como de Utilidade Pública, com a prévia aprovação deste Poder Legislativo, a ASSOCIAÇÃO DE GARANTIA AO ATLETA PROFISSIONAL DA PARAÍBA- AGAP-Pb., com sede e foro na Cidade de Campina Grande deste Estado.

É O Relatório

II - 3 VOTO DO RELATOR:

Esta relatoria após verificar os documentos anexos ao presente projeto de lei nº 395/96, impressindíveis para a sua pacífica tramitação e aprovação, constata que os mesmos estão de acordo com a legislação pertinente à espécie, inclusive com a declaração de uma autoridade local e competente asseverando a sua regular atividade e funcionamento de fato. Motivos estes que levam esta relatoria a opinar e votar pela aprovação da presente matéria por considerá-la meritória, oportuna e Constitucional.



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

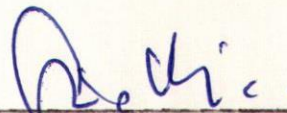


-2-


III - PARECER DA COMISSÃO:

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, reunida na totalidade dos seus membros titulares, decidiu por unanimidade aprovar sem restrições e recomendar o parecer do ilustre relator deputado Zenóbio Toscano, opinando pela constitucionalidade e consequente aprovação do Projeto de Lei nº 395/96, na sua forma original, isto é, sem restrições.

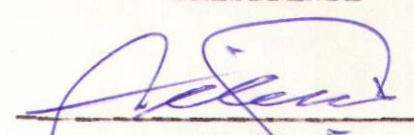
Sala da Comissão em, de abril de 1996




DEP. GERVÁSIO MAIA
PRESIDENTE



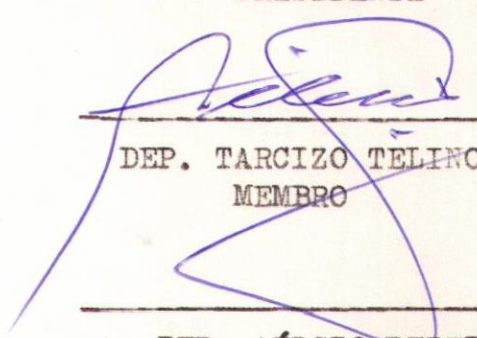
DEP. ZENÓBIO TOSCANO
RELATOR



DEP. TARCIZO TELINO
MEMBRO

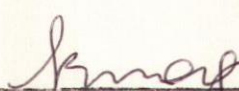


DEP. ANTONIO IVO
MEMBRO



DEP. AÉRCIO PEREIRA
MEMBRO

LUIZ COUTO
MEMBRO



DEP. VANI BRAGA
MEMBRO



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

Ofício Nº 647

João Pessoa em 26 de abril de 1996.



Senhor Governador

Encaminho a Vossa Excelência o Autógrafo do Projeto de Lei nº 395/96, de autoria do nobre Deputado VITAL FILHO, que reconhece de utilidade pública a Associação de Garantia ao Atleta Profissional da Paraíba - AGAP/PB.

Atenciosamente,

CARLOS DUNGA
Presidente

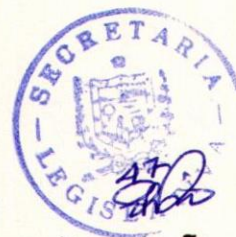
Ao Excelentíssimo Senhor
JOSE TARGINO MARANHÃO
GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA
NESTA /



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

AUTÓGRAFO Nº 40/96

PROJETO DE LEI Nº 395/96



Reconhece de Utilidade Pública a Associação
de Garantia ao Atleta Profissional da Para-
íba - AGAP/PB.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica reconhecida como de utilidade pública a Associação de
Garantia ao Atleta Profissional da Paraíba - AGAP/PB.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 26
de abril de 1996.

CARLOS DUNGA
Presidente

395



ESTADO DA PARAÍBA

Publicado Diário Oficial
DESTA DATA
Em, 07/05/96
GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR
Carminho

LEI Nº 6.274 , DE 30 DE ABRIL DE 1996



**Reconhece de Utilidade Pública a
Associação de Garantia ao Atleta
Profissional da Paraíba - AGAP/PB.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA :

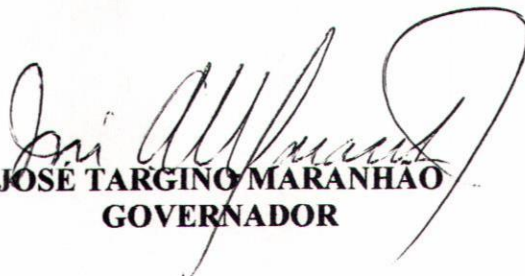
Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica reconhecida como de utilidade pública a Associação de Garantia ao Atleta Profissional da Paraíba - AGAP/PB.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 30 de abril de 1996; 107º da Proclamação da República.


JOSÉ TARGINO MARANHÃO
GOVERNADOR